



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAGUATINGA  
"O PROGRESSO VOLTOU!"



CONTRATO Nº 235/2022.  
ORIGINADO DA LICITAÇÃO:  
INEXIBILIDADE Nº 009/2022.  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2432/2022

**TERMO CONTRATUAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TRIBUTÁRIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAGUATINGA -TO E A EMPRESA META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA EIRELI .**

**PARTES CONTRATANTES:**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAGUATINGA**, Estado do Tocantins, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ Nº 02.306.900/0001-97, com sede na Rua Dom Pedro II, s/n, Centro, Taguatinga/TO, CEP: 77.320-000, representado pelo prefeito constitucional Sr. **PAULO ROBERTO RIBEIRO**, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF sob o n. 088.124.461-91, residente e domiciliado em Taguatinga/TO, CEP: 77.320-000, que também subscreve, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE.

**CONTRATADA: META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA EIRELI**, devidamente cadastrada no CNPJ n. 01.995.108/0001-24, sito na Av. Portugal, nº 1148, Qd. 29, Lt. 1E, Sala B3404, Edif. Orion Busines, Cep 74.150-030, Setor Marista – Goiânia-GO, representada pelo sócio nominal **DJULLY STEFFANNY FERREIRA**, brasileira, bacharel em direito, inscrita em CPF Nº 022.367.971-25 RG Nº 6515228 SSP-GO, residente e domiciliada em Goiânia-GO, , que também subscreve, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E DESCRIÇÃO**

1.1. Consiste o objeto do presente contrato a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIAS TÉCNICA CONTABIL TRIBUTARIA PARA RECUPERAÇÃO DE RECEITAS POR MEIO DE VALOR AGREGADO, EM REPATRIAÇÃO DA PREVIDENCIA PRÓPRIA JUNTO AO REGIME GERAL, ISSQN PARA COMPENSAÇÃO JUNTO AS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CORRENTES DO MUNICÍPIO DE TAGUATINGA - TO, conforme proposta de preços, parte integrante do presente contrato.

**1.2. DESCRIÇÃO:**

1.3. Auditoria Fiscal Contábil Tributaria do ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Naturaza das empresas do Simples Nacional e MEI, Entidades Financeiras e cartorarias, bem como Plano de Saúde, Leasing;

1.4. Como também a contratação de sociedade para prestação de serviços de consultoria especializada em recuperação de créditos tributários e previdenciários, envolvendo levantamento e auditoria de incidências tributárias e previdenciárias indevidas, por meio de análise de documentos pertinentes ao regime celetista da Previdência Social (INSS), recuperação/adequação das alíquotas RAT, recuperação de Créditos da compensação Previdenciária, recuperar créditos tributários e previdenciários, na forma de compensação e/ou restituição;

1.5. O Departamento de Previdência do TAGUATINGA-PREVI é responsável pela





**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAGUATINGA**  
**“O PROGRESSO VOLTOU!”**



administração, o gerenciamento e a operacionalização do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores efetivos do município de TAGUATINGA - TO; a concessão, pagamento e manutenção dos benefícios assegurados pelos TAGUATINGA-PREVI ; a manutenção permanente do cadastro individualizado dos servidores públicos inativos e dos pensionistas com a missão de assegurar os direitos previdenciários aos segurados e dependentes, pautando sempre a ética, profissionalismo, urbanidade e responsabilidade social, preservando o equilíbrio financeiro e atuarial.;

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

---

2.1. O presente contrato está amparando legalmente no Art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, como também processo de inexigibilidade nº 009/2022 – Processo Administrativo nº 2432/2022.

**CLÁUSULA TERCEIRA: FORMA DE EXECUÇÃO E DESPESAS COM MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS**

---

3.1. O objeto deste contrato será executado de forma contínua, nas condições estabelecidas no Anexo I, Termo de Referência.

3.2. Os serviços serão executados de acordo com a conveniência da Administração Pública Municipal, devendo acontecer após a autorização/assinatura do município, onde devem constar os serviços a serem executados.

3.3. A autorização de prestação de serviços somente pode ser assinada pelo Secretário Municipal de Finanças, caso seja necessário.

3.4. Todas as despesas decorrentes da prestação de serviços correrão inteira e exclusivamente por conta da futura **CONTRATADA**, exceto quando a prestação laboral for executada na sede do município.

3.5. Todas as despesas decorrentes da prestação de serviços do objeto, encargos sociais originários da execução do presente contrato, incluindo impostos, taxas, obrigações relativas à Legislação Trabalhista correrão inteira e exclusivamente por conta da futura **CONTRATADA**.

3.6. A **CONTRATADA** atuará na preservação do interesse da CONTRATANTE apoiando os trabalhos da administração municipal, sem prejuízo do atendimento das demandas a ela confiadas pela Administração superior, e sem caráter de exclusividade;

3.7. Poderá a contratada, com anuência da contratante, subcontratar parte dos serviços a profissional ou empresa com comprovada capacidade técnica sobre o assunto, limitada ao máximo de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

3.8. Os serviços serão realizados sem exclusividade, mediante a centralização da gestão do contrato a Secretaria Municipal de Finanças, cabendo a esta e ao Controle Interno da Prefeitura Municipal, segundo critérios de oportunidade e conveniência, de conformidade com a sua estratégia de atuação, decidirem sobre os serviços específicos e complementares que serão requisitados a contratada.

3.9. Caberá ao Fiscal do Contrato, acompanhar e fiscalizar os serviços prestados pela Contratada.

3.10. Caberá ao fiscal designado rejeitar no todo ou em parte, qualquer serviço que não esteja de acordo com as exigências e especificações deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA: DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E FORMA DE PAGAMENTO**

---

4.1. Caso obtenha êxito a CONTRATANTE pagará a **CONTRATADA** o valor global estimado de **R\$ 1.735.429,31 (Hum milhão, setecentos e trinta e cinco mil, quatrocentos vinte nove reais e trinta e um centavos)**, conforme proposta de preços apresentada pela contratada:



ITEM	OBJETO	UND.	QUANT	R\$ EST. A SER RECUPERADO	VALOR 15%	VALOR R\$ TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIAS TÉCNICA CONTABIL TRIBUTARIA PARA RECUPERAÇÃO DE RECEITAS POR MEIO DE VALOR AGREGADO, EM REPATRIAÇÃO DA PREVIDENCIA PRÓPRIA JUNTO AO REGIME GERAL, ISSQN PARA COMPENSAÇÃO JUNTO AS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CORRENTES DO MUNICÍPIO DE TAGUATINGA - TO	SV	01	11.569,528,72	1.735.429,31	1.735.429,31

#### 4.2. ESTIMATIVA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS E PERCENTUAL DE HONORÁRIOS:

4.3. Qualquer valor de crédito tributário apurado E, OU, recuperado a MENOR ou a MAIOR, indicará a remuneração pela prestação do serviço - o crédito efetivamente recuperado será aplicado o percentual de 15% (quinze por cento) .

4.4. Auditoria Fiscal Contábil Tributaria sobre ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, das empresas do Simples Nacional e MEI, Entidades Financeiras e cartorarias, bem como Plano de Saúde, Leasing, estima-se a recuperar de **bancos R\$ 616.053,11 (Seiscentos e dezesseis mil e cinquenta e três reais e onze centavos)** e sobre **cartorios R\$:58.514,37 (Cinquenta e oito mil quinhentos e catorze reais e trinta e sete centavos)**

Paragrafo único - Este tipo de serviço promove a arrecadação do ISSQN por parte da Prefeitura de forma contínua e sequenciada sendo, portanto, obrigatório o pagamento mensal POR CADA AGENCIAS BANCARIAS sobre o sistema sendo na implantação do sistema 1º valor de R\$: 1.500,00 (mil e quinhentos reais) e licença do sistema o valor de R\$: 1.500,00 (mil e quinhentos reais) por 12 meses conforme a proposta comercial.

4.5. Compensação financeira previdenciária entre os regimes de previdência social dos servidores efetivos, dos militares e respectivos pensionistas do MUNICÍPIO DE TAGUATINGA - TO (RPPS e RPPM) e o Regime Geral de Previdência Social – RGPS, como regimes de origem – RO, NO valor total a ser recuperado: **R\$ 10.329.984,10,(Dez Milhões,Trezentos Vinte e Nove Mil e Novecentos e Oitenta e Quatro Reais e Dez Centavos)**

4.6. Contribuições Previdenciárias: consubstanciada na média anual dos recolhimentos de contribuição previdenciária dos últimos 5 (cinco) anos, e considerando que o Município contribui mensalmente para o INSS a uma alíquota de 20% (vinte por cento) (contratados e comissionados), estipula-se uma margem de recolhimento a maior de até 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do valor total da Folha de Pagamento, tendo um valor estimado de **R\$ 564.977,14 (Quinhentos e sessenta e quatro mil novecentos e setenta e sete reais e catorze centavos);**

\*Os valores são baseados pela média Nacional e poderão sofrer alterações, observando as regras do período prescricional

4.7. VALOR TOTAL ESTIMADO À RECUPERAR: Somando-se as estimativas apontadas nos subitens acima, estima-se uma recuperação total de **R\$ 11.569,528,72 (Onze milhões quinhentos e sessenta e nove mil quinhentos e vinte e oito reais e setenta e dois**



centavos).

4.8. VALOR DOS HONORÁRIOS: Assim, como o percentual máximo dos honorários contratuais, a incidir sobre o valor total compensado e/ou recuperado, será de acordo com a fórmula abaixo discriminada onde os serviços serão remunerados de acordo com os recursos efetivamente ingressados nos cofres da Prefeitura do Município, ou por ele economizados, denominados BENEFÍCIOS, atribuindo-se o **valor de R\$ 15,00 (quinze) reais para cada R\$ 100 (cem) reais recuperados.**

Fórmula: $VT \times 15\% = RM$ VT = Valor total recuperado RM = Remuneração Mensal
--

4.9. A Remuneração Mensal - RM, devida pelo CONTRATANTE, já que o município não terá despesas diretas dos cofres públicos, somente pagará a contratada, caso receba algum provento mediante o êxito da contratada, a contratante pagará a contratada o percentual de **15%** (quinze por cento) sobre o valor recuperado.

4.10. A remuneração será devida durante todos os meses em que for identificada a manutenção e/ou incremento da ECONOMIA.

4.11. Ao final dos trabalhos, em se apurando valor a ser recuperado superior ao disposto nos itens anteriores, a remuneração do futuro contratado será limitada ao valor máximo estimado de honorários, limitando-se a remuneração ao teto proposto.

4.12. O cálculo da remuneração do futuro contratado levará em conta o momento do ingresso dos valores recuperados nos cofres da PREFEITURA ou o momento da concretização da economia. Entende-se como concretização o momento em que efetivada compensação com obrigações correntes e houver benefício com a economia tributária; o momento em que houver depósito na conta do Município, quando a recuperação envolver exclusão de valores indevidamente inseridos em parcelamentos anteriormente efetuados, proveniente de decisão administrativa ou judicial; e o momento em que houver depósito na conta do Município de valores devolvidos por restituição direta (pagamento).

4.13. No valor da remuneração estarão incluídos todos os custos operacionais, despesas de natureza tributária, fiscal, que incidirem sobre o objeto deste Contrato, e desenvolvimento das atividades descritas, excluindo-se eventuais custas e ou emolumentos pela interposição de ações ou recursos judiciais.

4.14. O valor a ser pago para a CONTRATADA será em cima do seu serviço prestado, e não da opção de compensação do CONTRATANTE.

4.15. O prazo para o pagamento pela CONTRATANTE e de 5 (cinco) após a prestação da nota fiscal realizada pela CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1. Iniciar as atividades no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar do início de vigência do contrato;

5.2. Responsabilizar-se, integralmente, pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, de modo que os mesmos sejam realizados com esmero e perfeição, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade;

5.3. Obriga-se ao CONTRATADO a presteza na execução dos serviços solicitados na defesa dos interesses deste MUNICÍPIO sendo;

Elaboração das planilhas e cálculos de acordo com as legislações vigentes e lícitas;  
Ingressar com a medida judicial cabível e acompanhar em todas as instâncias.





**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAGUATINGA**  
**"O PROGRESSO VOLTOU!"**



5.4. Para prestação dos serviços, a contratada deverá efetuar todas as intimações e ou documentos necessários a serem enviados aos órgãos competentes a cada serviço, além dos procedimentos de auditoria contábil fiscal pertinente ao serviço pactuado.

5.5. Após o recebimento da receita ou do bem dado em garantia dar entrada no caixa ou nos bens patrimoniais do município, a proponente deverá apresentar relatório descrevendo os serviços efetuados, e acostando as provas justificar e efetivar a execução do serviço CONTRATADO.

5.6. Executar os serviços conforme especificações neste contrato para o perfeito cumprimento das obrigações assumidas;

5.7. Em havendo cisão, incorporação ou fusão da proponente, CONTRATADA, a aceitação de qualquer uma dessas operações, como pressuposto para a continuidade do contrato, ficará condicionada à análise, por esta administração CONTRATANTE, do procedimento realizado e da documentação da nova empresa, considerando todas as normas aqui estabelecidas como parâmetros de aceitação, tendo em vista a eliminação dos riscos de insucesso na execução do objeto CONTRATADO;

5.8. Executar o serviço através de pessoas idôneas com formação específica nas áreas de atuação, inclusive formação e experiência no campo de atuação;

5.9. Assumir, sob sua exclusiva responsabilidade, o pagamento de todos os impostos, taxas e ou quaisquer ônus fiscais e tributários de origem Federal, Estadual e Municipal, bem como, todos os encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, vigentes durante a execução do fornecimento e, ainda, quaisquer outros encargos judiciais ou extrajudiciais que lhe sejam imputáveis, inclusive, com relação a terceiros, em decorrência da celebração do contrato e de sua execução, desde a origem até sua entrega no local de destino;

5.10. Responder pelas despesas de salários e vantagens e ainda as decorrentes de acidentes de que venham a ser vítimas seus empregados, quando em serviço;

5.11. Manter durante toda a execução do serviço em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesse contrato;

5.12. Atender quando da execução dos serviços contratados todas as leis, posturas e regulamentos. Federais, Estaduais e Municipais, relacionados com o trabalho a ser executado;

5.13. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados a CONTRATANTE e/ou a terceiros, quando caracterizado a má-fé, o dolo, a negligência ou a imperícia profissional de seus funcionários, durante o fornecimento;

5.14. Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços, inclusive as contribuições previdenciárias, fiscais, FGTS, PIS, etc., ficando excluída qualquer solidariedade da CONTRATANTE por eventuais autuações administrativas ou judiciais;

5.15. Manter durante toda a execução do serviço em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesse contrato;

5.16. Atender quando da execução dos serviços contratados todas as leis, posturas e regulamentos. Federais, Estaduais e Municipais, relacionados com o trabalho a ser executado;

5.17. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados a CONTRATANTE e/ou a terceiros, quando caracterizado a má-fé, o dolo, a negligência ou a imperícia profissional de seus funcionários, durante o fornecimento;

5.18. Não divulgar, informar, revelar e fornecer a terceiros, sob qualquer pretexto, as informações e dados adquiridos na execução do serviço, sob pena de ressarcir a CONTRATANTE por perdas e danos, e física dos trabalhos, de maneira a evitar interrupções ou paralisações;

5.19. Observar a Lei Geral de Proteção de Dados





**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAGUATINGA**  
**"O PROGRESSO VOLTOU!"**



5.20. Além das ditas anteriormente, a CONTRATADA estará obrigada a satisfazer aos requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:

5.21.A CONTRATADA obriga-se a cumprir todos os termos deste contrato, notadamente os que se seguem para desenvolvimento de consultoria e assessoria tributária relativa à recuperação de créditos provenientes de cobranças indevidas de energia elétrica para o município.

5.22.Para realização da parcela de consultoria relativa a recuperação valores cobrados indevidamente nas contas de energia elétrica do município, a contratada realizará auditoria sobre as contas de energia dos últimos 60 meses, apurando o valor pago indevidamente das unidades consumidoras;

5.23.Disponibilizar ao gestor público um relatório com o montante de crédito a ser requerido, indicando os valores das parcelas indenizatórias respectivas;

5.24.Interpor requerimento administrativo perante a concessionária de energia elétrica, solicitando ressarcimento aos cofres do município referente a valores pagos indevidamente de acordo com os procedimentos da Resolução normativa nº 1.000 da Enel.

5.25.Instruir e acompanhar o processo administrativo até o seu desfecho, inclusive com oposição de recurso administrativo judicial caso necessário;

5.26.A auditoria das contas de energia dos últimos 60 meses de todas as unidades consumidoras pagas pela prefeitura de TAGUATINGA - TO, indicando a apuração das operações, rotinas e controles da análise de cobranças indevidas e a identificação da existência de valores cobrados indevidamente;

5.27.Elaboração de planilhas demonstrativas e cálculos dos valores encontrados em desconformidade, constando diferença a restituir.

5.28.Assessoria e orientação aos servidores municipais para adoção de estratégias jurídico administrativas com a finalidade de redução e/ou eliminação desses erros de agora em diante.

5.29.A auditoria das contas de energia analisará as operações referentes ao período pretérito de 60 (sessenta) meses anteriores a data da contratação;

5.30.A auditoria contábil será realizada pela equipe técnica da contratada e se dará com a utilização de metodologia, tópicos e sistema de informação próprios para esse fim.

5.31.O montante do valor a restituir apurado será recuperado através de processo administrativo municipal de cobrança e, eventualmente, ações judiciais de execução.

5.32.O processo administrativo de cobrança será instaurado pelo servidor municipal responsável pela fiscalização deste contrato, no entanto, a contratada disponibilizará roteiro administrativo com todos os atos necessários à efetiva recuperação dos valores apurados;

5.33.A contratada fornecerá suporte técnico e operacional durante todo o processo administrativo de cobrança, destacando-se principalmente a disponibilização de modelos de petição a serem utilizadas para notificações dos contribuintes, termos de início de ação fiscal (TIAF) ou quaisquer outros modelos necessários;

5.34..A contratada analisará eventuais impugnações e ou recursos administrativos opostos pelos contribuintes notificados em cobrança, e disponibilizará parecer jurídico fundamentado em legislação, doutrina e jurisprudência atualizadas sobre o tema proposto;

5.35.A contratada manterá comunicação direta com servidor municipal responsável pela cobrança, manifestando-se por meio de sistema de informação, e-mail, telefone ou quaisquer outros canais de comunicação, sempre que demandar sobre temas referentes ao objeto desse contrato;

5.36.Realizar serviços propostos, dentro do prazo previsto e entregar ao contratante cópia de relatório contendo a descrição dos serviços executados;

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1. A PREFEITURA/FUNDO obriga-se a proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar sua obrigação, dentro da normalidade do Contrato,





**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAGUATINGA**  
**"O PROGRESSO VOLTOU!"**



permitindo o livre acesso do técnico da CONTRATADA às instalações físicas e aos documentos, objetivando a execução dos serviços contratados.

6.2. Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar os serviços objeto do Contrato por meio de empregado devidamente designado para esse fim, rejeitando, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com o Contrato.

6.3. Encaminhar as solicitações detalhadas quanto à realização dos cálculos atuariais/consultorias, objeto deste Termo de Referência;

6.4. Exercer fiscalização e acompanhamento da entrega e execução do objeto deste Termo de Referência, devendo fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

6.5. Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento do objeto deste Termo de Referência em desacordo com o mesmo;

6.6. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto deste Termo de Referência;

6.7. Aplicar multa ou rescisão de contrato, caso a CONTRATADA desobedeça a quaisquer das cláusulas estabelecidas no Contrato;

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

7.1. O Contrato terá vigência até 31/12/2023, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93;

**Parágrafo Primeiro:** O prazo para assinatura do Contrato será de **05 (cinco)** dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

**Parágrafo Segundo:** O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

**Parágrafo Terceiro:** Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

8.1. O pagamento será efetuado conforme proposta de preços da contratada:

**Parágrafo Primeiro:** A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos itens/ serviços entregues/ realizados, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;

**Parágrafo Segundo:** Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

**Parágrafo Terceiro:** A Contratada deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal (is) /fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

b) Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

c). Certidões Negativas de Débito Trabalhista – TST;

**VALOR DOS HONORÁRIOS:** Assim, como o percentual máximo dos honorários contratuais,



a incidir sobre o valor total compensado e/ou recuperado, será de acordo com a fórmula abaixo discriminada onde os serviços serão remunerados de acordo com os recursos efetivamente ingressados nos cofres da Prefeitura do Município, ou por ele economizados, denominados **BENEFÍCIOS**, atribuindo-se o **valor de R\$ 15,00 (quinze) reais para cada R\$ 100 (cem) reais recuperados**.

Fórmula:  $VT \times 15\% = RM$   
VT = Valor total recuperado  
RM = Remuneração Mensal

8.2. A Remuneração Mensal - RM, devida pelo CONTRATANTE, já que o município não terá despesas diretas dos cofres públicos, somente pagará a contratada, caso receba algum provento mediante o êxito da contratada, a contratante pagará a contratada o percentual de **15%** (quinze por cento) sobre o valor recuperado.

8.3. A remuneração será devida durante todos os meses em que for identificada a manutenção e/ou incremento da ECONOMIA.

8.4. Ao final dos trabalhos, em se apurando valor a ser recuperado superior ao disposto nos itens anteriores, a remuneração do futuro contratado será limitada ao valor máximo estimado de honorários, limitando-se a remuneração ao teto proposto.

8.5. O cálculo da remuneração do futuro contratado levará em conta o momento do ingresso dos valores recuperados nos cofres da PREFEITURA ou o momento da concretização da economia. Entende-se como concretização o momento em que efetivada compensação com obrigações correntes e houver benefício com a economia tributária; o momento em que houver depósito na conta do Município, quando a recuperação envolver exclusão de valores indevidamente inseridos em parcelamentos anteriormente efetuados, proveniente de decisão administrativa ou judicial; e o momento em que houver depósito na conta do Município de valores devolvidos por restituição direta (pagamento).

8.6. No valor da remuneração estarão incluídos todos os custos operacionais, despesas de natureza tributária, fiscal, que incidirem sobre o objeto deste Contrato, e desenvolvimento das atividades descritas, excluindo-se eventuais custas e ou emolumentos pela interposição de ações ou recursos judiciais.

8.7. O valor a ser pago para a CONTRATADA será em cima do seu serviço prestado, e não da opção de compensação do CONTRATANTE.

8.8. O prazo para o pagamento pela CONTRATANTE e de 5 (cinco) após a prestação da nota fiscal realizada pela CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA NONA: DOS REAJUSTES DE PREÇOS**

9.1.A Contratada fica obrigada aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, conforme previsto no artigo 65, da Lei nº 8.666/93;

**Parágrafo Primeiro:** O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irrevogável, ressalvado o disposto na alínea 'd' do inciso II do artigo 65 da Lei nº. 8666/93;

**Parágrafo Segundo:** Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do presente Contrato, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado;

**Parágrafo Terceiro:** Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei n. 8.666/93, serão



concedidos após decorrido 06(seis) meses da vigência do contrato, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pela Prefeitura/Fundo Municipal de TAGUATINGA DO TOCANTINS;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO CONTRATUAL.**

10.1.O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

- a) Quando o contratado não cumprir as obrigações constantes neste Contrato;
- b) Quando a contratante der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial deste Contrato;
- d) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- e) Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES**

11.1.A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

I. Por atraso injustificado no início da entrega dos materiais;

a) Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), do valor adjudicado;

b) Atraso superior a 10(dez) dias, multa diária de 0,50%(cinquenta centésimos por cento), do valor adjudicado, sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

c) No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20%(vinte centésimos por cento) até 10(dez) dias de atraso e 0,40%(quarenta centésimos por cento) do valor adjudicado, acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

II. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste instrumento, a Prefeitura/Fundo poderá, garantida a prévia defesa, aplicar também, as seguintes sanções:

a) advertência,

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de TAGUATINGA DO TOCANTINS, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de TAGUATINGA DO TOCANTINS;

**Parágrafo Primeiro:** As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

**Parágrafo Segundo:** As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura/Fundo Municipal de TAGUATINGA DO TOCANTINS;

**Parágrafo Terceiro:** As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

12.1. As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura/Fundo Municipal de TAGUATINGA DO TOCANTINSTO nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Funcional Programática	Elemento	Fonte	Ficha
10.5.4.123.501.2.069 – Manutenção da Coletoria Municipal	33.90.39-Outros Serviços Pessoa Jurídica	1.500.0000.000000	186



### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

13.1.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento ao presente contrato;

13.1.2. A CONTRATADA obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar;

13.1.3. Vinculam-se a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o **Processo de Inexigibilidade nº 009/2022** e a proposta da contratada;

13.1.4. É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do EXECUTIVO.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO**

14.1. Para eficácia do presente instrumento, a CÂMARA MUNICIPAL DE TAGUATINGA-TO providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município ou placard de Avisos de executivo, conforme determinações da Lei.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA FISCALIZAÇÃO E RESPONSABILIDADES**

15.1. Cabe à CONTRATANTE, a seu critério e através de funcionários do Órgão ou de pessoas previamente designadas, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução dos serviços contratados e do comportamento do pessoal da (o) CONTRATADA (A), sem prejuízo da obrigação desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO**

16.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca de TAGUATINGA-TO, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Taguatinga-TO. 21/12/2022.

  
PREFEITURA/FUNDO MUNICIPAL DE  
TAGUATINGA-TO  
PAULO ROBERTO RIBEIRO  
CONTRATANTE

META TECNOLOGIA  
TRIBUTARIA

EIRELI:01995108000124

Assinado de forma digital por  
META TECNOLOGIA TRIBUTARIA  
EIRELI:01995108000124  
Dados: 2022.12.21 19:57:35 -03'00'

META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA EIRELI  
DJULLY STEFFANNY FERREIRA  
CONTRATADA

Testemunhas:

1 

2 

CPF Nº 058 353 451-19

CPF Nº 008 952 67523



## **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA.**

**O MUNICÍPIO DE TAGUATINGA DO TOCANTINS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 02.306.900/0001-97, sediado à Rua Dom Pedro II, s/n, Centro de Taguatinga/To, CEP: 77.3020-000, Representado pelo Prefeito Constitucional Sr. **PAULO ROBERTO RIBEIRO**.

**ATESTAMOS** para os devidos fins de direito que a empresa, **META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA EIRELLI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº **01.995.108/0001-24**, com sede na Avenida Portugal nº 1148 – Sala B3404 – Setor Marista – Goiânia – GO, **neste ato representado (a)** por sua representante legal **Djully Steffanny Ferreira**, Brasileira, solteira, empresária, inscrito no CPF nº 022.367.971-25.

**SOBRE O SERVIÇO DE PRESTAÇÃO DE AUDITORIA TÉCNICA CONTABIL TRIBUTARIA PARA RECUPERAÇÃO DE RECEITAS POR MEIO DE VALOR AGREGADO em REPATRIAÇÃO DA PREVIDENCIA PRÓPRIA JUNTO AO REGIME GERAL**, realiza/realizou prestação de serviços, perícias administrativas e consultoria técnica e operacional para o levantamento de dados, preparação, encaminhamento e acompanhamento dos processos de aposentadoria e pensão para efeito de compensação financeira previdenciária entre os regimes de previdência social dos servidores efetivos, dos respectivos pensionistas do Município de Taguatinga/TO, (RPPS e RPPM) e o Regime Geral de Previdência Social – RGPS, como regimes de origem – RO e Instituidor – RI, destinadas a Prefeitura Municipal de Taguatinga/TO, com participação na prestação dos serviços ora prestados no **Município denominado Taguatinga/TO, através do CONTRATO Nº235/2022 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – Nº009/2022 com PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº2432/2022.**

A referida empresa cumpriu sempre e pontualmente com as obrigações assumidas, no tocante aos serviços solicitados, pelo que declaramos estar apta a cumprir com o objeto contratado, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Taguatinga - TO, 19 de Junho de 2023.



\_\_\_\_\_  
**PAULO ROBERTO RIBEIRO**